

Cultura sindical e identidade nos anos 80/90

Marco Aurélio Santana

Professor de Sociologia, do Departamento
de História da Universidade Federal de Ouro Preto – MG.

Resumo

A idéia central do artigo é discutir de que forma a questão da ética foi tratada no interior do movimento sindical, vinculado à Central Única dos Trabalhadores (CUT) do Rio de Janeiro, no decorrer dos anos 80 e 90. Durante este período, de surgimento e desenvolvimento, o sindicalismo cutista acabou por se tornar o mais vigoroso e duradouro projeto sindical da história do Brasil. Levando em conta o discurso e a prática dos agentes nos sucessivos períodos, a análise

Abstract

The article draws attention to the issue of ethics within the trade union movement of the Central Única dos Trabalhadores (CUT) during the 1980s and 1990s. In this period, the CUT became the most powerful and enduring labour movement in Brazilian history. By highlighting the discourse and practices of the movement's membership, the analysis points to the complex process of identity formation and its different notions of ethics which were used, to varying

Revista de Ciências Humanas	Florianópolis	v. 13	n. 17 e 18	p. 82-90	1995
-----------------------------	---------------	-------	------------	----------	------

visa apresentar os complexos e tensos processos de construção de identidade no interior do referido movimento e de que maneira diferentes noções de ética serviram de suporte aos mesmos, informando e justificando práticas ora democráticas e abrangentes, ora autoritárias e excludentes.

degrees in the period as justification for democratic or authoritarian practices.

Não basta que seja pura e justa a nossa luta; é preciso que a pureza e a justiça existam dentro de nós.
(Agostinho Neto)

Os anos oitenta no Brasil foram marcados no campo da organização dos trabalhadores brasileiros, por um forte ascenso e consolidação. Um dos atores principais, no processo de agravamento da crise do regime militar no fim dos anos setenta, o movimento sindical entra na nova década intensificando seu processo organizativo e de participação não só na arena da relação capital/trabalho como também no cenário político mais amplo. Neste processo, embora ainda mantidos os históricos patamares baixos, cresceu muito o número de associados em sindicatos, trazendo para um número elevado de cidadãos, um novo espaço de participação e ação política que durante muito tempo esteve interdita. Um dos setores deste movimento, vindo de uma dura luta contra os “padrões” e a “ditadura” e tentando escapar do que seriam “velhos” esquemas de organização e relação como os trabalhadores, o chamado “novo sindicalismo”, tinha como um de seus pilares a democracia de base, priorizando as organizações “pela base”. Este tipo de preocupação presidiu, inclusive, a criação da Central Única dos Trabalhadores, a CUT, herdeira e consolidadora do “novo sindicalismo”.

Neste processo renovado de relação com o conjunto dos trabalhadores se estabelecia um vínculo direto já que muitos dos

“novos sindicalistas” eram oriundos de formas organizacionais no interior das empresas, com forte apoio dos trabalhadores contra os “pelegos”, fossem eles conservadores ou aqueles ligados às “velhas” máquinas partidárias comunistas que, supostamente, tratavam os trabalhadores como “massa”, controlando-os e manipulando-os para seus interesses particulares ou partidários.

No interior de um quadro conflitivo como este, com combates interiores e exteriores ao movimento sindical, forjou-se uma série de noções identitárias que pareciam distinguir o “velho” do “novo”. Os grupos díspares e divergentes que constituíam o “novo”, tinham como uma das vertentes formadoras de sua identidade a recusa às práticas do passado e àqueles que as representavam. Assim, tais noções transformavam os “novos” sindicalistas em portadores do *bem e da justiça absolutos*, de alguma forma, *os puros*, a partir da origem e das formas de luta empregadas, jogando todo o resto para o lado do *mal absoluto, da impureza*, portadores de problemas sérios em termos de ética, origem e formas de relação na defesa dos interesses dos trabalhadores. A própria concepção e definição dos termos do debate explicitava isto, em uma sociedade como a brasileira onde o adjetivo “novo” tem toda uma mística, era o “novo” contra o “velho”.

Se no que diz respeito a formação de identidade tais noções foram importantes, a medida em que buscava dar uniformidade e sintetizar um feixe variado de experiências e atores, ao longo do tempo foi-se verificando que a realidade em geral e a ação política em particular, eram mais complexas do que pôde supor o maniqueísmo, mesmo porque, com o passar do tempo, vários setores identificados com o “velho sindicalismo” passaram a integrar o movimento *cutista*, ainda que sem alterar substancialmente suas posições. Os avanços trazidos pelo “novo sindicalismo” em termos da participação dos trabalhadores são inquestionáveis; porém, do seu próprio interior começaram a surgir sérios questionamentos e denúncias de práticas pouco ou nada éticas, antes sempre atribuídas aos “outros”, trazendo in-

clusive em seu bojo, medidas que dificultam o acesso da “base” aos órgãos de decisão e luta por seus interesses, minando a participação democrática, outrora, prática dita essencial. Mais de uma década depois, o “novo sindicalismo” começa a enfrentar os dilemas de sua consolidação e institucionalização, os quais têm aberto brechas na identidade construída até então, podendo ser um novo processo identitário cuja disputa de orientação se inicia acirradamente.

No centro desta disputa encontramos as noções identitárias e os mecanismos para sua construção. O que a partir de agora, neste novo momento, identifica o movimento dos trabalhadores abrigados na CUT? Que tipo de ações e direções empreender e seguir, o que, apesar das divergências, deve unificá-lo? Na busca de espaços, ainda que não exclusivos, importantes para a produção e reprodução de identidade, têm-se produzido uma áspera luta que em muitos casos parece beirar a separação das partes integrantes e em disputa. Este processo tem como um de seus resultados a apreciação e tematização de novos aspectos da prática sindical.

Ainda que não de forma profunda, tem sido freqüente e recorrente a menção a discussão sobre ética e a democracia no interior dos sindicatos vinculados à CUT. Este debate parece se espriar para fora de seus limites dentro do campo sindical; basta vermos o debate entre seu presidente, o “Vicentinho”, e Antônio Medeiros, da Força Sindical, travado na imprensa, em abril de 1995. De alguma forma, o próprio movimento geral da sociedade na discussão destes dois tópicos inseparáveis em campanhas passadas como as da “pela ética na política”, “pelo impeachment”, “pela CPI contra a corrupção”, nas quais a CUT e seus sindicatos tiveram papel fundamental, impulsionaram pedagogicamente uma reflexão global sobre algumas de nossas práticas que incluíam formas vorazes como a *“Lei do Gerson”* e formas “lights” como o cotidiano, dúvida e o onipresente *jeitinho brasileiro*.

No processo “de passar o país a limpo” como queriam os sindicatos no interior desses movimentos, não se incluíam apenas os parlamentares, presidentes e membros das elites partícipes da corrupção; mas, ainda que em níveis diferenciados, em um grau mais fino, as ações de todos os cidadãos passavam a ser observadas, agora sobre o prisma da ética. Embora as transformações operadas por esta pedagogia tenham sido evidentes, não se quer dizer aqui que foi suficiente para alterar o que se poderia chamar da cultura de corrupção que impregna todo o tecido social com graus, tipos e justificativas diferenciadas. Porém, foi dado o primeiro e fundamental passo.

Se podemos duvidar do impacto geral da discussão sobre ética e a democracia, podemos perceber que pelo menos para os partícipes das campanhas o impacto foi bastante grande. Não era suficiente e muito menos honesto, ficar exigindo ética na política para os outros, enquanto em suas próprias ações e práticas não se exigia nem tanta ética assim. É com este novo olhar que se pôde observar toda uma trajetória e fazer um balanço sobre determinadas ações e relações. Afinal, como construir uma nova sociedade assentada em práticas e valores “corrompidos”.

Um ponto que tem assumido bastante destaque neste debate no interior do movimento sindical *cutista* trata do esclerosamento das relações entre as tendências políticas atuantes nas entidades sindicais. O que deveria ser um debate franco e aberto de idéias e projetos de ação, entre pares (ou mesmo ímpares), construindo a unidade dentro da diversidade, transformou-se em uma guerra, em sentido literal, já que não são poucas as disputas eleitorais ou assembleias, onde velada ou abertamente, as armas estão presentes ou mesmo que terminem em tapas, como lastimavelmente terminou o IV Congresso Nacional da CUT, em 1991, e alguns congressos estaduais. Todos estes eventos tem fortalecido o repertório da grande imprensa, que tem se mostrado ávida e veloz em divulgá-la em detrimento de outras informações sobre o movimento dos trabalhadores.

Este processo de desgaste e esclerose no enfrentamento de posições se acirra com o aumento da institucionalização dos sindicatos e da própria CUT, no pós-ditadura. Havendo aí, a meu ver, um processo de crise e reestruturação de identidade. No momento de enfrentamento ao regime militar, ainda que em sua última fase, e da criação da CUT, o centro era a unidade contra os “pelegos, os patrões e os militares”. Neste primeiro momento, fins dos anos setenta e início dos oitenta, o “novo sindicalismo”, apesar do seu enraizamento em alguns sindicatos importantes, se identificava com as oposições sindicais que criticavam a estrutura sindical corporativa e o imposto sindical e as lideranças “pelegas” que lhe davam sustentação, com o passar do tempo estas oposições ganharam eleições sindicais e em sua grande maioria hoje são “situação” em suas entidades sindicais. O sindicalismo CUT se transformou no projeto sindical mais duradouro e de maior extensão implantado em nosso país até aqui.

A árdua, difícil e vitoriosa trajetória de “oposição” para “situação”, trouxe em seu resultado uma série de problemas sobre a ocupação da máquina sindical e o modo de gestão da mesma. Neste quadro a luta pelo aparelho sindical, considera hoje por muitos sindicalistas como voraz, tornou-se quase o centro da vida dos militantes sindicais e de suas tendências que não enxergam a efetivação de seus projetos e teses sem o controle do aparato sindical. Todos sabemos a soma de recursos movimentada por um sindicato ainda que de médio porte, muitas vezes chegando a ser superior a de muitos municípios brasileiros. Sem contar o *status* individual de se tornar “liderança”, com novos acessos, respeito, viagens, aparições na imprensa. Enfim, integrar, ainda que simbolicamente, o “círculo do poder”. Aparentemente, a ocupação do espaço sindical deixou de ser meio, para ser um fim em si mesma, fundamental para a sobrevivência individual e/ou do grupamento político.

Isto fica evidente se observarmos as eleições sindicais desde os fins dos anos oitenta, onde mesmo em um só sindicato, várias chapas identificadas com a CUT se engalfinham na dis-

puta pela direção utilizando contra suas oponentes denúncias dos mais variados tipos, muitas delas de malversação de fundos por aquela que já esteve e/ou está na direção do órgão. Deve se lembrar que foram denúncias deste tipo, que publicadas, serviram, ainda que de forma espúria, de caldo de cultura para a tentativa de instauração de uma CPI sobre a CUT, de marcado cunho eleitoreiro. Se forem mera arma de campanha, leviandades, tais denúncias seriam por si só uma total falta de ética no confronto de posições, a instauração do vale-tudo; se forem verdadeiras, assinalam práticas corrompidas tanto no que diz respeito a utilização dos recursos recolhidos pelos trabalhadores, para a luta pelos seus interesses, desviado para outras direções, como pelo fato de que eles, os trabalhadores, “proprietários” destes recursos não foram consultados sobre isto.

O processo se agrava ao observarmos as trajetórias eleitorais como um todo. Isto inclui denúncias de fraudes eleitorais, de mudanças estatutárias para beneficiar a tendência diretora, de ampliações de última hora em mandatos. Todo um aparato que fora combatido duramente passa a servir de arsenal, ainda que com outra justificativa, “em nome da classe trabalhadora”, “da melhor proposta para os trabalhadores”. Vale tudo, só não vale perder o mandato e/ou a posição da maioria nas direções. Chega-se a fatos esdrúxulos tais como o de que apesar de terem sido sempre contrários, em sua concepção sindical, a resolução das questões sindicais entre os trabalhadores que, não nos fóruns definitivos pelos próprios trabalhadores, bem como lutar radicalmente contra a unicidade sindical, característica identitária, ao menos em termos documentais e congressuais, já há notícias de sindicalistas *cutistas* entrando na justiça para garantir seu controle sobre as bases em disputa com sindicalistas de outras tendências da mesma central.

Na verdade o “novo sindicalismo” desde suas origens descarregou um peso muito grande na questão da “estrutura”, o que é explicável pelo momento conjuntural vivido então; deixando, porém, apesar dos esforços empreendidos, quase em segun-

do plano a questão da “cultura” sindical. Fazendo com que mesmo a cultura e sua produção cotidiana, pareçam eivadas de autoritarismo e exclusão. Ao fim deste processo, de alguma forma, parece, em alguns momentos e ações, sucumbir à estrutura que intentava alterar. É quase consenso entre os sindicalistas que apesar das mudanças implementadas, a essência dos sindicatos e de sua ação continuou a mesma: centralizado, verticalizado, pouca transparência para as bases, etc. Um campo fértil para o exercício de práticas pouco transparentes, escolhidas por trás das “verdades absolutas” e das “certezas dos iluminados” de uma cultura política eivada de autoritarismo. Daí termos uma mistura propícia para práticas excludentes nos dois níveis: para os trabalhadores e para as tendências que estão fora ou em minoria nas direções. Em um quadro, como este, o pluralismo, elemento vital da democracia, baseado no respeito, reconhecimento, aceitação e incorporação da diferença, enquanto diferença, quando não desaparece por completo, vira mera figura de retórica. Um verdadeiro “paraíso” onde expressões como “passar o rodo” e “passar o trator” dão bem a medida de qual é e, do que se espera na relação com o outro. Não o outro patronal, governamental ou de outra linha sindical; mas com aquele mesmo outro com os quais se busca identificação e ação conjunta. Produzindo e implementando uma cultura sindical cada vez mais estreita em termos políticos e de construção de identidade.

Assim, apesar de se dizer “em nome dos trabalhadores”, na “defesa de seus interesses”, algumas práticas parecem trazer, atrás de si, camufladas, interesses inconfessáveis.

A manutenção da estrutura dos sindicatos em padrões excludentes e autoritários, apesar da alteração do discurso justificado, tem servido para dificultar o acesso dos trabalhadores ao controle de seus órgãos de representação e mesmo quando participam, fora do jogo de forças das tendências, se sentem em um mundo à parte onde suas opiniões e ações adquirem um caráter meramente numérico. Este tipo de situação contraria amplamente

princípios básicos caros ao momento anterior e suas noções identitárias.

Os avanços fundamentais conseguidos pelo “novo sindicalismo” no sentido de conquistar e abrir os canais sindicais para a participação ampla dos trabalhadores, na luta radical pelos seus interesses, não deve se restringir ao mero formalismo da ampliação do número de sindicatos e associados, porém, garantir espaços efetivos de participação democrática, livre e aberta, possibilitando aos trabalhadores definir e decidir sobre seus interesses, ao mesmo tempo em que controlam, de forma transparente, o funcionamento de sua entidade de representação profissional. Além disso, é premente iniciar uma profunda discussão sobre que tipo de valores devem presidir e lastrear a prática política do militante sindical na sua relação com a “máquina” do sindicato, com base de trabalhadores e com os membros das outras tendências aliadas ou não. Esses são elementos essenciais à construção de uma identidade, que tem como lastro o pluralismo e a democracia e que, para além das diferenças, ou melhor, baseando-se nas diferenças, consegue construir práticas comuns e projetos compartilhados. Se isso não acontecer, as práticas excludentes reduzirão cada vez mais o pluralismo ampliando o divisionismo e a pulverização, tendo em vista que excluído um outro, logo se estabelece um substituto que antes se identificava com as propostas e agora passa a ser um inimigo mortal. Na linha do quem será o próximo? Isto empurrará a possibilidade de identidade para o campo da identidade de *grupos*. Além disso, a erosão da representatividade sindical, como já vem acontecendo em conjugação com outros motivos, se ampliará e a “liderança” sindical do alto de seu posto, ainda que pense e diga discursar para todos, discursará para ninguém.

Será que veremos se confirmar a máxima de Caetano Veloso de que “aqui tudo parece ainda em construção e já é ruína”?